ATA DA 2.691ª SESSÃO (ORDINÁRIA)

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2013, às 10h35, no Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, realizou-se a 2.691ª sessão (ordinária) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sob a presidência do Conselheiro Edson Simões, presentes os Conselheiros Roberto Braguim, Vice-Presidente, Eurípedes Sales, Corregedor, Maurício Faria e Domingos Dissei, o Secretário Geral Murilo Magalhães Castro, a Subsecretária Geral Roseli de Moraes Chaves, a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia e o Procurador Fábio Costa Couto Filho. A Presidência: "Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos." Dispensada a leitura e entregues cópias, previamente, aos Conselheiros, foram postas em discussão as atas das Sessões Ordinárias 2.688ª e 2.690ª, as quais foram aprovadas, assinadas e encaminhadas à publicação. Preliminarmente, a Corte registrou as seguintes presenças em Plenário: Doutora Ana Candida, advogada da São Paulo Obras – SP-Obras, e Doutora Luiza G. Jungmann, advogada do escritório Rubens Naves. A seguir, o Conselheiro Presidente Edson Simões deu conhecimento ao Egrégio Plenário do Relatório Oficial de Atividades da Presidência, no período de 22 a 26 de julho: dia 22, pela manhã, reuniu-se com Assessores de seu Gabinete para tratar do andamento de assuntos técnico-administrativos. No período da tarde, assinou documentos e realizou despachos internos. Dia 23, às 8 horas, realizou reunião de pauta com Assessores de seu Gabinete. Às 11h30, gravou depoimento sobre a realização do Fórum de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, à equipe da Fundac. No período da tarde, realizou despachos processuais com Assessores de seu Gabinete. Dia 24, às 8h30, recebeu a visita de cortesia do Superintendente do Serviço Funerário do Município, Sérgio Trani, que esteve no TCM para tratar de processos de interesse do órgão e que estão em tramitação no Tribunal. Às 10h30, presidiu a 2.690ª Sessão Ordinária, no Plenário do Edifício Prefeito Faria Lima. Recebeu a visita técnica da Diretora das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Teresa Cristina Rocha do Nascimento, que esteve presente durante a 2.690ª Sessão Ordinária, no Plenário do Edifício Prefeito Faria Lima, e, em seguida, percorreu diversas unidades do TCM. Dia 25, às 9h30, presidiu a reunião de formalização de termo de cooperação técnica firmado entre o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, que tem por objeto a capacitação dos funcionários e associados do sindicato, por meio da participação nos cursos ministrados pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. O convênio recebeu as assinaturas do Presidente do TCM, Conselheiro Edson Simões, e do Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, José Augusto (Guto) de Oliveira Camargo, que esteve acompanhado pelo Secretário Geral da entidade, André Luís Cardoso Freire, e pelo jornalista Moacir Assunção. Também estiveram presentes na oportunidade o Conselheiro decano Eurípedes Sales; o Conselheiro Domingos Dissei e o Secretário Geral, Murilo Magalhães Castro. Sobre esse assunto, foi publicada a seguinte reportagem na intranet e internet: Presidente do "TCM firma convênio com o Sindicato dos Jornalistas. O Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Edson Simões, acompanhado do Conselheiro dirigente da Escola de Contas, Eurípedes Sales, assinou convênio com o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, com o objetivo de ministrar cursos na área de contas públicas para os profissionais de imprensa. Participaram do evento o Presidente do Sindicato, José Augusto (Guto) de Oliveira Camargo, o Secretário Geral da Entidade, André Luís Cardoso Freire, o jornalista Moacir Assunção, o Conselheiro do TCM, Domingos Dissei, e o Secretário Geral do Tribunal, Murilo Magalhães Castro. O Presidente Edson Simões abriu o evento falando sobre a trajetória da Escola de Contas idealizada pelo seu dirigente, Eurípedes Sales. Inicialmente, a

escola foi criada para treinar os funcionários do Tribunal. Quando assumi a presidência, viabilizamos o local físico, construímos a sua sede atual, inaugurada em 2011, e com isso veio um trabalho mais amplo. Capacitamos, atualmente, além dos nossos servidores, profissionais de instituições públicas do município de São Paulo, de outras cidades e estados, além de organizações da sociedade civil, como, por exemplo, os sindicatos', afirmou. Em relação à importância do convênio com o Sindicato dos Jornalistas, o Presidente observou: 'Há um ponto comum entre o trabalho desenvolvido pela imprensa e o desempenhado pelos Tribunais de Contas. Trata-se da fiscalização e investigação. Os Tribunais realizam a apuração por intermédio das auditorias e os jornalistas por meio da investigação de campo, coletando dados e analisando, em ambos os casos para decodificar os fatos ocorridos corriqueiramente ou quando surge uma denúncia'. 'Embora haja essa similaridade de atribuições, percebe-se, em alguns casos, certa dificuldade nas matérias jornalísticas em relação à definição e delimitação das competências atribuídas pela Carta Magna aos Tribunais de Contas. As referidas Cortes de Contas têm como missão exercer o controle externo sobre a Administração Pública no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e nos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, conforme estabelece o artigo 70 da Constituição Federal. Os Tribunais de Contas são órgãos administrativos de auxílio ao Parlamento, no exercício do controle externo que este deve desempenhar sobre os demais Poderes', observou o Presidente Edson Simões. Prosseguindo, afirmou: 'Foi a partir da análise dessa questão que surgiu, durante uma conversa com o jornalista, professor universitário e escritor, Moacir Assunção, a ideia de criar, por meio de um convênio entre nossa Escola de Contas e o Sindicato dos Jornalistas, cursos específicos para os profissionais de imprensa, com conteúdo ligado à área de contas públicas. Foi assim que chegamos ao convênio que ora celebramos e que trará, certamente, benefícios inestimáveis para toda a sociedade', concluiu o Presidente. O Conselheiro Corregedor do TCM e dirigente da Escola de Contas, Eurípedes Sales, em seu pronunciamento, propôs a criação de uma Carta de São Paulo. 'Iniciamos com um projeto, de como faríamos esse seminário, e, ao mesmo tempo, realizaríamos uma pesquisa para saber como está a imprensa no mundo. Como está a imprensa na Inglaterra. Como a imprensa é vista nos Estados Unidos, nos países latinos. Então, saberíamos como o mundo vê esse papel da imprensa. Começar essa discussão aqui. Faríamos a Carta de São Paulo. Com certeza, alguém vai querer fazer a Carta da Bahia, do Rio Grande do Sul', afirmou o Conselheiro. 'Quem sabe se, daqui a um tempo, chegaremos a uma norma. No Brasil, ocorre a consolidação de projetos de lei que já existem ou é criada uma comissão para elaborar determinado código, como o Código Civil, que era de 1916, para a sua atualização', observou o Conselheiro Eurípedes Sales. Prosseguindo, o dirigente da Escola de Contas afirmou: 'Vamos poder fazer cursos para jornalistas e o sindicato tem interesse nisso. Cursos, por exemplo, de Direito Público. O que é uma licitação? Quais são os princípios que regem a licitação? Quais precauções devem ser adotadas pelo licitante? Como escolher o licitado? O que é uma restrição da licitação? Temos licitação, contrato administrativo. Temos um grande trabalho pela frente e podemos realizá-lo em conjunto. Vai ser o legado desse convênio para a sociedade', finalizou o Conselheiro. O Conselheiro Domingos Dissei falou sobre a importância da especialização para o aprimoramento da formação dos profissionais de todas as áreas. 'Às vezes, os jornalistas emitem uma determinada opinião sobre o Tribunal por falta de informação precisa. O Tribunal de Contas tem o seu papel. Ele não é polícia, não é Judiciário. Ele tem um papel na democracia. E o jornalista tem papel fundamental dentro da democracia: dar transparência. O Tribunal é fundamental na fiscalização da democracia. Não se faz democracia sem fiscalização. E o jornalista também faz essa fiscalização. Acho muito importante este convênio, por isso fiz

questão de estar presente', destacou o Conselheiro. O jornalista José Augusto Camargo felicitou 'o Presidente do TCM, Edson Simões, os demais conselheiros, além de todos os funcionários do Tribunal. E também o Moacir Assunção, companheiro de diretoria do Sindicato, que levou essa proposta de parceria, extremamente importante. Entendo que se abre um campo importante para que as duas instituições possam colaborar, possam trabalhar em conjunto. Concordo inteiramente com o Conselheiro Domingos Dissei, ao afirmar que as duas entidades têm, a seu modo e dentro de sua competência, o papel fiscalizador. E se nós jornalistas temos um papel fiscalizador, também devemos estar habilitados, capacitados para poder desempenhar esse papel', ressaltou o jornalista. Ele asseverou que o tema Responsabilidade Fiscal vem adquirindo grande relevância nos últimos anos. 'A cobrança de moralidade nos gastos públicos coloca a necessidade, para o jornalista, de estar qualificado para exercer esse papel. Então, o convênio é muito importante para as duas entidades. O Tribunal cumpre o seu papel de auxiliar a sociedade no conhecimento das informações sobre essa questão e o jornalista se qualifica para poder divulgar', observou Camargo. O jornalista falou, ainda, sobre o debate que vem ocorrendo em relação a alguns temas de interesse da categoria, como a obrigatoriedade de formação universitária para o exercício da profissão de jornalista, bem como a criação de um órgão de classe que os represente e também fiscalize a sua atuação, nos moldes da OAB ou Conselhos de Medicina. 'E nessa seara aberta, na proposta do Conselheiro Eurípedes Sales, acho que temos espaço para fazer esse debate também aqui, junto ao Tribunal, e, portanto, junto à sociedade. Deixo claro que defendemos estas bandeiras, porque qualificam o jornalismo brasileiro, nossa preocupação aqui neste momento', destacou. O jornalista José Augusto Camargo concluiu: 'Finalmente, se nós do Sindicato dos Jornalistas queremos uma boa imprensa, e sei que queremos, com bons trabalhadores, remunerados dignamente pelo seu trabalho, pela importância que ele tem, nós queremos que esses profissionais sejam bem informados'. Para o Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas, André Luís Cardoso Freire, 'é muito oportuno o que está ocorrendo aqui. O departamento de cursos do Sindicato tenta dar resposta a essa necessidade, a questão de proporcionar ao jornalista avançar no conhecimento que ele já tem, para que possa aprender a perguntar. A grande questão do jornalista é saber perguntar. Como ele vai falar de Tribunal de Contas se ele não sabe perguntar. Então, 'dançam' o leitor, a democracia, a convivência social, o projeto político da sociedade. E tratar o jornalista com esse carinho, com essa atenção que os senhores estão dispensando, só podemos agradecer e comemorar juntos', finalizou. O jornalista Moacir Assunção afirmou estar muito satisfeito em ter contribuído para a formação desta parceria, juntamente com o Presidente Edson Simões, que, segundo ele, acabou se tornando um amigo. 'Vim fazer uma matéria, quando atuava em Cidades no Estadão, algo ligado a custos, então nos conhecemos. Houve certa identificação intelectual por conta de assuntos que a gente gosta de tratar, relacionados a Lampião, Guerra do Paraguai e temas históricos correlatos', explicou. O jornalista falou também sobre a importância do convênio com o TCM. 'Trabalhei no Jornal de Brasília, no Diário Popular, no Estadão, na revista Isto É, e minha experiência nesses locais sempre foi como jornalista investigativo. Principalmente na área do Poder Executivo. Mas, faltava-me esse conhecimento de números, problema que afeta quase todos os jornalistas. E, no entanto, em alguns momentos, isto é absolutamente necessário para compreender essas questões. E quando falamos de contas públicas, citamos o coração do sistema democrático, é o trato do dinheiro, a parte mais sensível do corpo de um homem no sistema capitalista, o bolso. Imagine para o Estado, para os poderes constituídos. É necessário conhecer essa mecânica, saber como isso funciona. Ferramentas que nos ajudem a investigar nessa área são absolutamente fundamentais', observou Assunção. Moacir Assunção ressaltou que o jornalismo guarda uma relação de semelhança com os Tribunais de Contas. 'Um dentro da

estrutura do estado, como órgão administrativo, e o outro na esfera da sociedade civil. O jornal é uma empresa, mas presta um serviço público, então é meio híbrido. O trabalho do Tribunal de Contas e da imprensa é parecido. Entendo que podemos auxiliar-nos mutuamente, e vai ser benéfico para todos. As pessoas falam mal dos Tribunais de Contas porque não compreendem, não tem a menor ideia do que estão falando. Não sabem o que faz o Tribunal, quais as suas funções. Incluo aí os jornalistas, os advogados, os trabalhadores em geral. Então, com este convênio, vamos ter a possibilidade de esclarecer e superar essa fase, trazendo coisas boas que vão beneficiar a todos nós', concluiu. Na oportunidade, estiveram presentes também o Chefe de Gabinete da Presidência, Miguel Kirsten, o Subsecretário de Fiscalização e Controle, Lívio Mario Fornazieri, o Subsecretário Administrativo, Cláudio Figo, o Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação, Mario Augusto de Toledo Reis, o Diretor da Escola de Contas, Abrão Blumen, o professor da Escola de Contas, Álvaro Theodor Herman Salem Caggiano, e o Coordenador Substituto do Escritório da Qualidade, Roberto Alves Batista." Às 11h30, recebeu a visita de cortesia do Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, Gilberto Nascimento Junior. No período da tarde, recebeu e avaliou relatórios de atividades das várias áreas técnicas do TCM. Dia 26, pela manhã, reuniu-se com Assessores de seu Gabinete para tratar de assuntos administrativos. No período da tarde, reuniu-se com Assessores de áreas técnicas do Tribunal para traçar o planejamento estratégico de atividades a serem desenvolvidas no mês de agosto.

Continuando, o Presidente pronunciou-se como segue: "Esta presidência deixa registrado que no dia 25 de julho este Tribunal de Contas, por meio da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, assinou o Convênio de Cooperação Técnica com o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo com o objetivo de ministrar cursos na área de Contas Públicas para os profissionais da imprensa. Participaram do evento o Presidente do Sindicato José Augusto de Oliveira Camargo, o Secretário Geral da entidade André Luiz Cardoso Freire, o jornalista Moacir Assunção, o Conselheiro Corregedor e dirigente da Escola de Contas Eurípedes Sales e o Conselheiro Domingos Dissei, além do Secretário Geral Murilo Magalhães Castro. Esgotados os assuntos do expediente, concedo a palavra ao Conselheiro que a solicitar."

Concedida a palavra ao Conselheiro Corregedor Eurípedes Sales, Sua Excelência manifestou-se nos seguintes termos: "Hoje, no Brasil, temos um grande problema. Vejamos. Se você procura um cardiologista, você acha um com facilidade. Se você procura um ginecologista, você tem também facilidade em encontrá-lo. Se você procura um geriatra, porém, você já tem dificuldade de achar um. Existem dados que expõem o fato de a população idosa estar aumentando no Brasil, e aumentando seriamente. Por volta de 2050, haverá mais idosos no Brasil do que jovens. E o que acontece? Se você perguntar a um médico se ele fez sua residência em um hospital do idoso, qual será a resposta? Ora, não existe hospital de idoso. Quando alguém se refere à cardiologia, logo aparecem, pelo menos, dois grandes hospitais, onde há residência: o Dante Pazzanese e o Incor. Quando alguém se refere à mulher, surge o Hospital da Mulher. Quando alguém se refere à criança, existem vários hospitais pediátricos. Conversando com um colega nosso, o Jean, ele me disse, com bastante tristeza, ter observado o pai, quase à beira da morte, sofrer muitas dores, dores insuportáveis. Por quê? Porque, internado no Hospital Sírio Libanês, um hospital de nomeada, talvez o maior do Brasil, ele teve sua bacia quebrada pelos enfermeiros que o lavavam. Imaginem as dores horríveis que ele sofreu. Comentei este fato com a Arivalda, que trabalha comigo, e ela aduziu que o mesmo ocorrera com o sogro dela. O que aconteceu? O que acontece? Acontece que não existe especialista em idosos, e os idosos estão aumentando, aumentando, aumentando. Eu queria que os Senhores me apontassem apenas um hospital de idoso em São Paulo, porém trata-se de missão impossível. É extremamente necessário que se criem, em São Paulo, hospitais de idoso. Talvez cinco, um

para cada região desta cidade. Deveriam ser centros de pesquisa, para verificar, por exemplo, como reage o idoso diante de certo remédio, como reage o idoso ao praticar atividade física, como reage o idoso ao iniciar determinada dieta. Tudo isso para que os médicos tivessem experiência ao tratar a população mais idosa, tivessem conhecimento fundamentado em pesquisa feita em hospital de idoso. A Organização Mundial de Saúde – OMS recomenda que a "promoção da saúde do idoso seja realizada por ações interdisciplinares" e que "essas ações sejam dirigidas, especificamente, para reduzir, nessa população, o risco de adoecer e morrer". Ou seja: o idoso deve ser bem cuidado, em local adequado, por profissionais especializados, de várias áreas. É mister lembrar, também, o Estatuto do Idoso, de 2003, pelo qual a atenção à população idosa é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. E o que o Estado tem feito quanto a isso? Não se pode esquecer de que a implementação de políticas públicas, conforme o Estatuto do Idoso, compete aos municípios. E essas ações dependem de recursos e de vontade política. Pensando na época em que foi introduzida a citada legislação – 2003 –, é mais que hora de agir, é mais que hora de colocar em prática o mencionado Estatuto. Assim, é necessário criar, urgentemente, hospital de idoso em São Paulo. É preciso fazer pesquisa para verificar qual deve ser a conduta exata do médico frente ao paciente idoso. Cumpre haver residência em geriatria, de maneira completa. A missão, que temos de agora em diante, é criar hospitais para idosos, fazer pesquisa para idoso. Por quê? No tempo dos mais antigos, dizia-se o seguinte: Não vejo a hora de me aposentar para cuidar dos meus cachorros, para eu ficar jogando o meu bilhar, para eu ficar jogando a minha tómbola, para eu ficar... Antigamente era assim; hoje, não. Hoje, não existe mais aposentadoria. Se o aposentado, eventualmente, tiver posses econômicas, ele não quer ficar parado, ele quer continuar fazendo a cabeça dele funcionar, ele quer continuar trabalhando. Pessoa alguma quer aposentar-se e ficar esperando a morte chegar. Todos reagem contra a morte. Além disso, cumpre mencionar outra coisa interessante. Um médico, de seus 27 anos de idade, faz um concurso, consegue um emprego e trabalha quatro horas por dia. Uma enfermeira cumpre uma jornada de seis horas por dia. Por que o idoso só consegue um emprego para trabalhar oito horas por dia? Isso não está certo. Deve haver um tratamento adequado, de conformidade com a idade, com a faixa etária da pessoa. Isso é muito importante. É por isso que a Escola de Contas vem fazendo alguns trabalhos relacionados com o idoso. Logo, vamos começar a fazer, também, algumas pesquisas em cima de idosos. Na hora em que se criar o Hospital do Idoso, cria-se a demanda para este Hospital do Idoso. Nele, estarão muitos médicos que farão observações, que farão pesquisas. Usar-se-á um método de observação, haverá trabalho científico, haverá cadeira na faculdade. Dou conhecimento ao Plenário que a Escola de Contas, em continuidade ao Ciclo de Debates sobre prevenção de doenças cardiovasculares em Qualidade de Vida no Trabalho para servidores públicos, está promovendo a palestra "Como iniciar ou retomar uma atividade física regular" no próximo dia 8 de agosto, quinta-feira próxima, das 10 horas ao meio-dia, no auditório da Escola de Contas. Nesse evento, prestará depoimento um senhor com 97 anos de idade. Gravemente doente, ele dirigiu-se ao Dante Pazzanese; isso há mais de trinta anos. Lá, começou a fazer atividade física, que continua praticando até hoje, com muita saúde. O objetivo da palestra é o de destacar a importância da atividade física na melhoria da qualidade de vida. A palestra será comandada pelo Doutor Romeu Meneghelo, graduado em Medicina e Doutor em Cardiologia pela Faculdade de Medicina da USP, Diretor da Divisão e Diagnóstico e Terapêutica do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia e Coordenador dos Métodos Gráficos do Hospital Israelita Albert Einstein. Ou seja, uma pessoa que entende muito do assunto e que poderá responder a todas as perguntas. Salientamos que o recente decreto da Prefeitura de São Paulo, Decreto 54.133, de 25/07, regulamentando a Lei 15.721, dispõe sobre a criação de programa multidisciplinar de atendimento ao diabetes do Município de São Paulo. O programa visa a

englobar as ações relativas à adoção de hábitos de vida saudáveis, bem como preventivas e assistenciais, implementadas na rede de saúde sob gestão municipal e adaptadas ao perfil da população. Participarão deste evento como debatedores pelo TCM o Doutor Edmur Moura Sales Filho, Chefe do Gabinete Médico, e Equipe Médica, bem como outros especialistas convidados. Convidamos a todos os Conselheiros e servidores do TCM e demais interessados para este debate muito importante. Já há 120 pessoas inscritas. Podemos inscrever, ainda, 18. Este é o "pontapé inicial" da campanha para que São Paulo tenha Hospitais de Idoso e para que o idoso seja muito bem tratado. Sabe por quê? O Conselheiro Braguim, por exemplo, que fará 40 anos logo mais. Se houver um tratamento adequado para o idoso, ele irá até uns 120 anos com muita tranquilidade. Assim, Conselheiro Braguim, Vossa Excelência deve logo começar a trabalhar comigo nesta direção. Nós vamos ganhar muito: eu vou ganhar, mas Vossa Excelência vai ganhar muito mais. Este é o comunicado da Escola. Há vagas, ainda, para a palestra. Se for necessário, podem ser colocadas umas cadeiras para haver mais lotação." Ainda de posse da palavra, "o Conselheiro Eurípedes Sales – Relator deu conhecimento ao Egrégio Plenário da matéria constante do seguinte despacho: 'Trata-se de representação interposta pela empresa Santo Américo Tratores e Locações Ltda. – EPP, em face do Edital do Pregão Presencial 06-SP-PE/2013, formulado pela Subprefeitura Penha. O objeto consiste na locação de seis caminhões basculantes trucados, ano de fabricação 2007, ou mais recente, com motorista, combustível, pelo período de 08 meses. A Assessoria Jurídica de Controle Externo, após a análise, manifesta-se pelo conhecimento da representação e, no mérito, entende que o edital não reúne condições de prosseguimento. Isso posto, diante da presença do "fumus boni juris" e do "periculum in mora", determinei "ad cautelam" a suspensão temporária do Edital do Pregão Presencial 06-SP-PE/2013, com fundamento no artigo 19, incisos VII e VIII, da Lei Municipal 9.167/80, e no artigo 101, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal. Determinei, ainda, a remessa de cópia da manifestação jurídica à Subprefeitura Penha para conhecimento e apresentação das justificativas cabíveis no prazo de 15 dias e ciência à empresa representante. Nos termos do artigo 196 do Regimento Interno deste Tribunal, submeto a presente decisão aos nobres pares para referendo.' Afinal, o Egrégio Plenário, à unanimidade, referendou a medida determinada pelo Conselheiro Eurípedes Sales – Relator. Afinal, o Egrégio Plenário, à unanimidade, referendou a medida determinada pelo Conselheiro Eurípedes Sales – Relator." (**Certidão – TC 2.285.13-00**) Prosseguindo, "o Conselheiro Eurípedes Sales – Relator deu conhecimento ao Egrégio Plenário da matéria constante do seguinte despacho: 'Trata-se de representação interposta pela empresa Sersil Transportes Ltda., em face do Edital do Pregão Presencial 05-SP-PE/2013, deflagrado pela Subprefeitura Penha. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para a locação de um caminhão guincho, tipo plataforma, com motorista e combustível, pelo período de doze meses. A Assessoria Jurídica de Controle Externo, após a análise, entendeu que os apontamentos existentes impedem o regular prosseguimento do certame licitatório. Isto posto, determinei "ad cautelam" a suspensão temporária do Edital de Pregão Presencial 05-SP-PE/2013, com fundamento no artigo 19, incisos VII e VIII, da Lei Municipal 9.167/80 e no artigo 1º, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno deste Tribunal. Determinei, ainda, a remessa de cópia da manifestação jurídica à Subprefeitura Penha para conhecimento e apresentação das justificativas cabíveis. Em resposta, a Origem informa que o edital em apreço foi revogado, conforme publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 17 de julho de 2013, página 43. Houve, portanto, a perda do objeto da exordial. Nestes termos, proponho aos nobres pares o arquivamento dos autos, por medida de economia processual, e ciência à representante da presente decisão.' Afinal, o Egrégio Plenário, à unanimidade, referendou a medida determinada pelo Conselheiro Eurípedes Sales – Relator." (**Certidão – TC 1.873.13-55**) Passou-se à Ordem do

Dia. – JULGAMENTOS REALIZADOS – **PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM – a) Diversos: 1) TC 1.064.13-06** – Secretaria Municipal de Educação – SME – Acompanhamento – Verificar a regularidade do Edital do Pregão Presencial 03/SME/2013, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de leite em pó integral – Programa Leve Leite, com entrega centralizada, na quantidade mensal estimada, de: Lote 1 – Armazém Saúde: 150.000 quilos; Lote 2 – Armazém Vila Guilherme: 200.000 quilos; Lote 3 – Armazém Rodoanel: 400.000 quilos; Lote 4 – Armazém Santo Amaro: 550.000 quilos e Lote 5 – Armazém Itaim Paulista: 650.000 quilos, quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro Roberto Braguim. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer do Edital do Pregão Presencial 03/SME/2013, objetivando a aquisição de leite em pó integral, mediante ata de registro de preços, cabendo à Secretaria Municipal de Educação – SME colher a autorização de que trata o artigo 1º, § 4º, do Decreto Municipal 45.689/05. **Relatório:** O presente TC focaliza o Pregão 03/SME/ 2013, objetivando o Registro de Preços para aquisição de leite em pó integral, em cumprimento ao Programa Leve Leite. Na análise do Edital, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apurou as irregularidades listadas no item 4 do Relatório encartado às fls. 466/473, sugerindo, ainda, recomendações à Secretaria. A Coordenadoria de Fiscalização e Controle endossou as conclusões alcançadas pela Equipe de Fiscalização, as quais foram levadas ao conhecimento do Secretário da Pasta, que encaminhou as justificativas prestadas pelo Departamento de Merenda Escolar e considerações de sua Assessoria Jurídica (fls. 477/486). A Assessoria Jurídica de Controle Externo entendeu que essas justificativas foram suficientes para elidir os apontamentos dos itens 4.1 (ausência de informação sobre a metodologia utilizada para prever os quantitativos estimados) e 4.3 (lesão aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo), aceitando, ainda, os esclarecimentos sobre a emissão de laudos por laboratórios de universidades federais ou estaduais. A mesma unidade técnica referendou as recomendações sugeridas pela Auditoria, observando, outrossim, a obrigatoriedade da Secretaria obter a anuência do Secretário de Gestão para autorizar a contratação, em cumprimento ao artigo 1º do Decreto Municipal 45.689/05 (fls. 488/490 e 491). Louvado nesse parecer exarei o Despacho de fls. 492/493, admitindo o prosseguimento do Pregão, após prévia colheita da autorização do Secretário de Gestão e a intimação do Secretário Municipal de Educação e do Pregoeiro, para o cumprimento das providências saneadoras, o que foi atendido pelo ofício copiado às fls. 497/498. Por fim, a Procuradoria da Fazenda Municipal opinou pela acolhida do Edital do Pregão, à vista dos esclarecimentos da Secretaria e do parecer da Assessoria Jurídica de Controle Externo (fls. 500/501). É o relatório sucinto. **Voto:** As impropriedades listadas pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle nas conclusões – item 4 – do Relatório de fls. 466/474, concernentemente à estimativa de quantitativos, apresentação de laudos laboratoriais e critério de julgamento, foram adequadamente justificadas pela Secretaria, como anotou a Assessoria Jurídica de Controle Externo, no parecer lançado às fls. 488/490. A Pasta esclareceu, também, que, relativamente a imprevisão de índice de reajuste, o Edital, no seu item 14.4, afastou essa possibilidade, no prazo de vigência da Ata, o mesmo se verificando na minuta de contrato, observando a Assessoria Jurídica de Controle Externo, ainda, que não mais subsiste a necessidade de previsão de reajuste para contratos da espécie, em face da edição do Decreto 49.286/08, que atribuiu ao Coprem o dever de acompanhar a evolução dos preços praticados para produtos fornecidos à Municipalidade. Com respeito às recomendações sugeridas pela Auditoria, a Secretaria Municipal de Educação informou a obrigatoriedade de constar, no rótulo da embalagem do produto sua data de fabricação e

prazo de validade e o acatamento de parecer da Assessoria Econômica quanto à definição do preço de referência, explicitando também que a exigência contida na letra “c” do item 5.2.1 do Edital não é restritiva, posto que o contido nas demais alíneas amplia as hipóteses de emissão de laudos por universidades federais ou estaduais localizadas no Estado de São Paulo. Diante do exposto, e o que mais consta dos elementos instrutivos destes autos, conheço do Edital de Pregão Presencial 03/SME/2013, objetivando a aquisição de leite em pó integral, mediante Ata de Registro de Preços, cabendo à Pasta colher a autorização de que trata o artigo 1º, § 4º, do Decreto Municipal 45.689/05¹. Participaram do julgamento os Conselheiros Eurípedes Sales – Revisor, Maurício Faria e Domingos Dissei. Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente. a) Roberto Braguim – Relator." – **PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO CORREGEDOR EURÍPEDES SALES – a) Diversos: 1) TC 1.165.08-48** – Subprefeitura Cidade Ademar – Acompanhamento do quanto exarado no V. Acórdão de 12/2/2009, que determinou à Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte que, "in loco", constate qual a medida tomada, posteriormente, pela Subprefeitura Cidade Ademar, diante da revogação do Edital do Pregão Presencial 01/SP/AD/2008 **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro Eurípedes Sales. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, consoante notas taquigráficas insertas nos autos, em conhecer e registrar a informação de que a Subprefeitura Cidade Ademar cumpriu o quanto determinado no V. Acórdão de 12/02/2009. Participaram do julgamento os Conselheiros Roberto Braguim – Revisor, Maurício Faria e Domingos Dissei. Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente; a) Eurípedes Sales – Relator." **2) TC 3.305.03-71** – Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo – Sindicon – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – Prodam/SP S/A – Representação contra irregularidades na aplicação da Lei Federal 8.666/93, verificadas na licitação pública – Pregão 03.002/2003, promovida pela Prodam, objetivando a declaração da nulidade da contratação da empresa GIS Comércio e Serviços Ltda., para prestação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados englobadamente com o TC 3.153.03-25 e discutidos estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro Eurípedes Sales. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, consoante notas taquigráficas insertas nos autos, em conhecer da representação, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno desta Corte. Acordam, ainda, quanto ao mérito, por maioria, pelos votos dos Conselheiros Eurípedes Sales – Relator, Roberto Braguim – Revisor e Domingos Dissei, em julgá-la improcedente. Vencido, no mérito, o Conselheiro Maurício Faria, nos termos de seu voto apresentado em separado, que julgou a representação parcialmente procedente. Acordam, afinal, à unanimidade, em determinar o cumprimento do artigo 58 do Regimento Interno deste Tribunal. **Voto em separado englobado apresentado pelo Conselheiro Maurício Faria:** v. TC 3.153.03-25. Participaram do julgamento os Conselheiros Roberto Braguim – Revisor, Maurício Faria e Domingos Dissei. Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo

¹ **Art. 1º.** Os contratos celebrados pelo Município de São Paulo para aquisição de bens e serviços comuns, a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação deste decreto, serão precedidos, obrigatoriamente, por licitação pública, na modalidade de pregão, preferencialmente eletrônico, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 4º. Excepcionalmente, após análise da solicitação motivada do titular do órgão ou entidade, o Secretário Municipal de Gestão poderá autorizar a contratação por outra modalidade de licitação.

Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente; a) Eurípedes Sales – Relator." **3) TC 3.153.03-25** – Whitniss Consultoria e Serviços Ltda. – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – Prodam/SP S/A – Representação solicitando a suspensão do procedimento licitatório Pregão 03.002/03, promovido pela Prodam para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem **ACÓRDÃO**: "Vistos, relatados englobadamente com o TC 3.305.03-71 e discutidos estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro Eurípedes Sales. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, consoante notas taquigráficas insertas nos autos, em conhecer da representação, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno desta Corte. Acordam, ainda, quanto ao mérito, por maioria, pelos votos dos Conselheiros Eurípedes Sales – Relator, Roberto Braguim – Revisor e Domingos Dissei, em julgá-la improcedente. Vencido, no mérito, o Conselheiro Maurício Faria, nos termos de seu voto apresentado em separado, que julgou a representação parcialmente procedente. Acordam, afinal, à unanimidade, em determinar o cumprimento do artigo 58 do Regimento Interno deste Tribunal. **Voto em separado englobado apresentado pelo Conselheiro Maurício Faria**: Conheço das presentes Representações e no mérito, em que pese a alegação, pelos Órgãos Técnicos desta Corte, de improcedência dos itens representados, entendo que, quanto ao item 4 da peça do Sindicom, referente à não apresentação de licença de funcionamento expedida pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado, exigida expressamente pelo Edital no seu subitem 4.3.1.1.-c, restaria procedente parcialmente a Representação, uma vez que, de fato, a empresa vencedora do certame deixou de apresentá-la, apresentando, tão somente, declaração firmada pela Secretaria Municipal da Saúde de Boituva – Departamento de Vigilância Sanitária, atestando que a aludida empresa se encontrava dispensada da referida licença, por se tratar de um escritório de representação comercial. Considero que a alegação de que o contrato teria sido executado normalmente não supera a necessidade de comprovação prévia pela licitante contratada de que atende às condições de desempenho do serviço conforme as respectivas normas técnicas próprias da Vigilância Sanitária, uma vez que simples registro da materialidade dos atos de execução contratual não esclarece acerca do conteúdo técnico que a licença de funcionamento pretende assegurar para esses atos. Ao mesmo tempo, consulta ao sítio da Junta Comercial Jucesp mostra que a contratada consta como atuante no comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, o que de forma inequívoca requer licença de funcionamento pela Vigilância Sanitária, causando espécie que não a tenha disponibilizado. Desta forma, conheço das Representações e, no mérito, julgo-as Parcialmente Procedentes em relação ao descumprimento do Edital no que se refere a não apresentação da Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo. Participaram do julgamento os Conselheiros Roberto Braguim – Revisor, Maurício Faria e Domingos Dissei. Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente; a) Eurípedes Sales – Relator." **4) TC 909.12-84** – São Paulo Obras – SP-Obras – Acompanhamento – Verificar a regularidade do Edital da Concorrência 015129160, cujo objeto é a concessão de serviço de utilidade pública, com uso de bem público, com outorga onerosa, compreendendo a criação, confecção, instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais, com marcação de hora, temperatura, qualidade do ar e outras informações de interesse público, com exclusividade na exploração publicitária, quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito (Tramita em conjunto com os TCs 1.334.12-90 e 1.335.12-52). **5) TC 1.334.12-90** – Quirino Ferreira – São Paulo Obras – SP-Obras – Representação em face da Concorrência 015129160, cujo objeto é a concessão de serviço de utilidade pública, com uso de bem público, com outorga onerosa,

compreendendo a criação, confecção, instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais, com marcação de hora, temperatura, qualidade do ar e outras informações de interesse público, com exclusividade na exploração publicitária (Tramita em conjunto com os TCs 909.12-84 e 1.335.12-52). **6) TC 1.335.12-52** – Adshel Ltda. – São Paulo Obras – SP-Obras – Representação em face da Concorrência 015129160, cujo objeto é a concessão de serviço de utilidade pública, com uso de bem público, com outorga onerosa, compreendendo a criação, confecção, instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais, com marcação de hora, temperatura, qualidade do ar e outras informações de interesse público, com exclusividade na exploração publicitária (Tramita em conjunto com os TCs 909.12-84 e 1.334.12-90). "O Conselheiro Eurípedes Sales relatou ao Egrégio Plenário a matéria constante dos citados processos. Ademais, na fase de discussão, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidões) – PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA – a) Diversos: 1) TC 3.364.11-40** – Technopolly Comércio e Equipamentos Ltda. – Secretaria Municipal da Saúde – SMS – Representação em face do Pregão Presencial 096/2011, cujo objeto é a aquisição de capas para tampas de caixas de água **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro Maurício Faria. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer da representação, por estarem presentes os requisitos de sua admissibilidade previstos no Regimento Interno deste Tribunal, e, quanto ao mérito, em julgá-la improcedente. Acordam, ainda, à unanimidade, em determinar o envio de cópias deste Acórdão à empresa representante e à representada, em cumprimento ao que determina o artigo 58 do Regimento Interno desta Corte. **Relatório:** Trata o presente de Representação interposta pela empresa TECHNOPOLLY Comércio e Equipamentos Ltda., acerca dos atos praticados no Pregão 096/2011-SMS.G, realizado pela Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa, da Secretaria Municipal da Saúde – SMS para aquisição de capas para tampas de caixa d'água. A Representante alegou, em síntese, que a empresa já contratada, vencedora da disputa, apresentou proposta diversa do estipulado no edital (cotação com duas casas decimais), que há inexecuibilidade do preço ofertado e, por último, que houve um atraso de mais de 5 meses na entrega do objeto contratual. Requereu liminarmente a suspensão da contratação e a anulação do Pregão. A Coordenadoria IV notou uma variação acentuada entre os preços encontrados na pesquisa e o preço médio utilizado como parâmetro de avaliação na licitação. Em relação à apresentação de proposta diversa do estipulado no Edital, relatou que houve uma falha na apresentação do detalhamento dos preços apresentados pela licitante vencedora em relação ao preço por tamanho e quantidade previsto no Edital. Todavia, considerou formal a falha apontada, informando que o fato não prejudicou a análise do preço total. Por fim, ao analisar os argumentos apresentados pela Origem, entendeu improcedente a representação, por não ser possível afirmar assertivamente que a entrega não se efetivaria em razão da suposta inexecuibilidade do preço licitado. Diante da manifestação da Coordenadoria IV, houve diligência a fim de informar acerca da regularidade na execução do Contrato 09/2012, indicando se os produtos adquiridos foram entregues de acordo com o estabelecido no contrato firmado. Isto feito, verificou-se que as capas foram entregues e destinadas aos agentes da dengue para distribuição aos municípios. Informaram ainda que, embora tenha havido atraso de 7 dias na entrega da maior parte dos itens (94,6% do total) e de 25 dias para o restante (5,4% do total), os produtos foram entregues dentro das especificações previstas, demonstrando, portanto, que os preços contratados eram exequíveis. A Assessoria Jurídica de Controle Externo opinou pelo recebimento da presente Representação e, no mérito, considerando que restou constatado que os produtos foram entregues de acordo com as especificações, opinou pela sua improcedência. A Procuradoria

da Fazenda Municipal e a Secretaria Geral propugnaram pelo conhecimento da representação em apreço, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, quanto ao mérito, opinou pela sua improcedência. É o relatório. **Voto:** Restou demonstrado no curso da instrução processual que a alegada inexecutabilidade dos valores ofertados no certame não se sustenta. A própria Secretaria de Fiscalização e Controle pôde observar, no acompanhamento da execução contratual, que o ajuste estava sendo executado de acordo com as normas legais e em conformidade com o estabelecido no contrato. Em relação ao defeito na composição de preços apresentada pela licitante vencedora, quando da apresentação do detalhamento do preço por tamanho e quantidade, embora a licitante tenha apresentado seus preços expressos em algarismo, com duas casas decimais, o mesmo não ocorreu quando da apresentação do detalhamento dos preços por tamanho e quantidade. Todavia o defeito, por si só, não impossibilitou a realização da análise do preço total pela Administração. Nesses termos, à vista das manifestações unânimes dos Órgãos Técnicos contidas nos autos, **CONHEÇO** da presente Representação, e, quanto ao mérito, **JULGO-A IMPROCEDENTE**. Encaminhe-se cópia do presente julgado aos interessados. Participaram do julgamento os Conselheiros Domingos Dissei – Revisor, Roberto Braguim e Eurípedes Sales. Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente; a) Maurício Faria – Relator." **b) Contratos: 2) TC 3.267.07-08** – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (antiga Secretaria Especial para Participação e Parceria – SEPP) e Instituto Sou da Paz – Acompanhamento – Execução Contratual – Verificar se o Contrato 05/SEPP/2007 (R\$ 549.087,43), cujo objeto é a pesquisa, histórico de resultados e assessoramento na elaboração e implementação dos planos locais de prevenção da violência e promoção da convivência dos distritos da Brasilândia, Grajaú e Lajeado, contribuindo para a consolidação do "Projeto São Paulo em Paz" como programa municipal de prevenção da violência e, assim, promover a prevenção e redução da violência e a convivência na cidade de São Paulo, em conformidade com o Decreto Municipal 48.147, está sendo executado conforme o pactuado. "O Conselheiro Maurício Faria relatou ao Egrégio Plenário a matéria constante do citado processo. Ademais, na fase de discussão, o Conselheiro Eurípedes Sales solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) – PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO DOMINGOS DISSEI – a) Recursos: 1) TC 5.824.03-10** – Recursos "ex officio", da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM e de Rosana de Freitas interpostos contra a r. Decisão de 30/3/2011 – Relator Conselheiro Roberto Braguim – Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SDTE e Gillugil Revestimentos Ltda. (NEs 59447/2003 R\$ 50.370,69 e 65947/2003 R\$ 8.418,00) – Serviços de instalação de divisórias nas novas instalações da Secretaria, com fornecimento de todo material necessário **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos, ora em grau de recurso, dos quais é Relator o Conselheiro Domingos Dissei. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer dos recursos interpostos, ante a presença dos pressupostos de admissibilidade. Acordam, ademais, quanto ao mérito, por maioria, pelos votos dos Conselheiros Domingos Dissei – Relator, Roberto Braguim e Eurípedes Sales, à mingua de elementos novos capazes de alterar a decisão prolatada pela Segunda Câmara, em negar-lhes provimento, mantendo-se, na íntegra, a R. Decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Vencido, no mérito, o Conselheiro Maurício Faria – Revisor, que, nos termos de seu voto apresentado em separado, deu-lhes provimento. **Relatório:** Em julgamento os recursos "ex officio" e ordinários interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal e pela Sra. Rosana de Freitas, objetivando a reforma da Decisão proferida pela Segunda Câmara, que, por unanimidade, acolheu a licitação na modalidade Convite nº

06/SDTS/2003, realizada pela antiga Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade – SDTS, para aquisição e instalação de divisórias, e o Contrato dela decorrente, consubstanciado na Nota de Empenho nº 59447/2003, relevando as falhas formais apontadas. Cumpre notar que as falhas relevadas consistiram na ausência de apresentação de Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS na data da contratação e no atraso do envio de informações a esta Corte, constatando-se, porém, no tocante à situação da contratada perante o FGTS, a existência de certidões com data anterior e posterior ao período contratado, permitindo presumir a regularidade à época da contratação. No entanto, por maioria de votos, decidiram os Senhores Conselheiros pela irregularidade do Termo de Aditamento, representado pela Nota de Empenho nº 65947/2003, para o fim de acréscimo e instalação de mais portas e divisórias, uma vez que a sua emissão ocorreu em 28/10/2003, portanto fora do prazo de vigência do referido ajuste, que expirara em 13/10/03, bem como pela aplicação de multa no valor de R\$ 481,00 aos responsáveis, em razão dessa irregularidade. Após análise dos recursos apresentados, a Auditoria desta Corte entendeu que as justificativas apresentadas não tiveram o condão de afastar a infringência apontada. A Assessoria Jurídica de Controle Externo, por seu turno, reafirmou a infringência que motivou a rejeição do referido aditamento, opinando pelo conhecimento e improvimento de todos os recursos interpostos, mantendo-se, na íntegra, a r. Decisão recorrida. A Procuradoria da Fazenda Municipal, por sua vez, pugnou pelo conhecimento e acolhimento do Ato Determinativo da Despesa. A Secretaria Geral, por derradeiro, pronunciou-se igualmente pelo improvimento dos recursos, reafirmando o fato ensejador da irregularidade da Nota de Empenho nº 65947/2003, posto que emitida quando o instrumento contratual oriundo da licitação já tinha seu prazo de vigência esgotado, e apontando a inexistência de elementos novos nos apelos formulados. É o relatório. **Voto:** Na esteira do entendimento manifestado pelos Órgãos Técnicos e especializados desta Corte, que adoto como razão de decidir, CONHEÇO dos recursos interpostos e, no mérito, à mingua de elementos novos capazes de alterar a Decisão prolatada pela Segunda Câmara, voto pelo IMPROVIMENTO do reexame necessário e dos recursos voluntários apresentados, mantendo-se, na íntegra, a decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. **Voto em separado apresentado pelo Conselheiro Maurício Faria:** Acompanho o relator no que diz respeito ao conhecimento dos Recursos Ordinários interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal e pela responsável à época, Sra. Rosana de Freitas, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 138 e seguintes do Regimento Interno e no art. 46 da Lei Orgânica, ambos deste Tribunal. No mérito, voto pelo provimento dos recursos interpostos, nos termos do voto por mim proferido à época do julgamento original do feito. Conforme se verifica, a falha apontada pelos Órgãos Técnicos, relacionada à formalização para o acréscimo de serviços poucos dias após o prazo de vigência, não possui o condão de ensejar a irregularidade do ajuste, a uma porque houve expressa autorização da Origem quanto à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços adicionais, necessários à mudança para as novas instalações da Secretaria à época, a duas porque restou comprovado nos autos a existência de recursos orçamentários e financeiros para a realização da despesa, nos termos do inciso III, § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93. Desta forma, julgo regular a Nota de Empenho 65947/2003, por entender que a falha apontada pelos Órgãos Técnicos deve ser relevada, em caráter excepcional, considerando-se, ainda, que o procedimento adotado pela Origem não significou descontrole orçamentário, que os serviços foram efetivamente prestados, que a conduta praticada pela Origem foi orientada pela finalidade pública e que não houve prejuízo ao erário ou má-fé. Por fim, pelos motivos já expostos, decido pela não aplicação da multa aos responsáveis, no valor de R\$ 481,00 (quatrocentos e oitenta e um reais). Participaram do julgamento os Conselheiros Maurício Faria – Revisor, Roberto Braguim e Eurípedes Sales.

Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente; a) Domingos Dissei – Relator." – **PROCESSOS DE REINCLUSÃO – CONSELHEIRO PRESIDENTE EDSON SIMÕES** – Preliminarmente, o Conselheiro Presidente Edson Simões comunicou ao Egrégio Plenário que devolverá posteriormente os seguintes processos de sua pauta de reinclusão: **1) TC 3.970.05-72** – Autarquia Hospitalar Municipal – AHM e Tecelagem Brasil Ltda. – Contrato de Locação s/n de 17/2/2004 R\$ 264.000,00, TAs 27/2005 R\$ 51.057,60 (para constar o reajuste do valor locatício mensal, que a partir de 16/4/2005 passará a ser de R\$ 24.127,40), 51/2005 R\$ 2.904,00 (para constar o reajuste do valor locatício mensal, que a partir de 16/4/2005 passará a ser de R\$ 24.248,40), 82/2005 red. de R\$ 12.038,40 (adota como índice de reajuste o IPC-Fipe, em substituição ao IGP-DI e a partir de 16/4/2005 fica o valor locatício mensal fixado em R\$ 23.746,80), 24/2006 R\$ 7.238,04 (para constar o valor locatício mensal, que a partir de 16/4/2006 passará a ser de R\$ 24.349,97) e Termo de Retirratificação do TA 82/2005 R\$ 2.758,80 (o valor locatício mensal de R\$ 23.746,80, bem como a substituição do índice de reajustamento constante da cláusula primeira, itens 1.1 e 1.2 do TA 82/2005, passará a vigorar a partir de 1/10/2005 e não 16/4/2005) – Locação de imóvel situado na Rua do Tatuapé, nº 90 – Bairro Maranhão – para instalação da Sede da Autarquia **2) TC 1.377.07-35** – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – Prodam/SP S/A e Ação Informática Brasil Ltda. – Pregão 12.008/05 – Contrato CO-05.06/06 R\$ 2.545.000,00, TA CO/TA-02.11/06 R\$ 599.782,66 (acrescer aproximadamente em 23,57% o valor inicial do contrato original para a contratada fornecer mais 21 lâminas de "Servidor Blade", bem como os demais produtos constantes de sua proposta) – Aquisição de "Servidores Blade" **3) TC 6.373.04-19** – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – Seme e Japy Engenharia e Comércio Ltda. – Acompanhamento – Execução Contratual – Proceder ao acompanhamento do Contrato 015/Seme/2004 (R\$ 637.940,00), cujo objeto é a prestação de serviços de locação e operação de equipamentos de grande porte, com infraestrutura necessária para a realização do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 – 2004 no Autódromo Municipal "José Carlos Pace" – Interlagos **4) TC 3.600.07-15** – CBPO Engenharia Ltda. – São Paulo Obras/São Paulo Urbanismo (antiga Empresa Municipal de Urbanização – Emurb) – Representação em face do Contrato 0122301000, cujo objeto é a execução de obras na passagem subterrânea, região do cruzamento da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Cidade Jardim **5) TC 2.225.11-09** – Pedreira Sargon Ltda. – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP – Representação em face do edital do Pregão Eletrônico 09/SMSP/Cogel/2011, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de pedras diversas **6) TC 1.915.05-93** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Casa de Saúde Santa Marcelina – Convênio 019/SMS.G/2004 R\$ 486.591.965,40 e TA 001/2005 R\$ 902.504,05 (modificação dos valores de repasses, custeados pelo Fundo Nacional da Saúde para introdução de cobertura para o Paba) – Execução de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, bem como as ações de ensino e pesquisa, a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contrarreferência do Sistema Único de Saúde – SUS, sem prejuízo do Sistema Regulador da Secretaria (Tramita em conjunto com o TC 1.822.05-04) **7) TC 1.822.05-04** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Casa de Saúde Santa Marcelina – Acompanhamento – Execução Contratual – Verificar se o Convênio 019/SMS.G/2004 (R\$ 486.591.965,40), cujo objeto é a execução de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, bem como as ações de ensino e pesquisa, a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contrarreferência do Sistema Único de Saúde – SUS, sem prejuízo do Sistema Regulador da Secretaria, está sendo executado conforme o pactuado (Tramita em conjunto com o TC 1.915.05-93) **8) TC 314.08-60** –

Secretaria Municipal da Saúde – SMS e TB – Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda. – Pregão Presencial 014/2007/CRSN – Contrato 009/2007/CRS-Norte R\$ 865.562,00, TAs 01/2008/CRS-Norte (retirratificação da cláusula segunda – item 2.2) e 02/2008/CRS-Norte (retirratificação da cláusula nona do contrato, bem como as alíneas a), b), c), d) e e) do referido parágrafo) – Serviços de locação de 05 ambulâncias de Transporte Tipo A, com motorista/condutores e combustíveis – **CONSELHEIRO CORREGEDOR EURÍPEDES SALES – 1) TC 2.379.03-72** – Agravo Regimental interposto contra o R. Despacho do Conselheiro Antonio Carlos Caruso, publicado no DOC de 28/1/2011, indeferindo o Recurso interposto pela Cohab-SP contra o V. Acórdão de 2/12/2009 – Relator Conselheiro Antonio Carlos Caruso – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab-SP – Balanço referente ao exercício de 2002 (Acomp. TCs 3.742.02-03, 5.238.02-76, 5.239.02-39, 1.212.03-11, 1.949.03-43 e 2.000.03-89). **2) TC 1.460.02-72** – Secretaria Municipal de Transportes – SMT e São Paulo Transporte S.A. – SPTrans – Contrato 001/02-SMT.GAB R\$ 26.000.000,00 – TA 01/2002 R\$ 52.098.125,00 (prorrogação de prazo), TA 02/2002 R\$ 40.542.638,00 (prorrogação de prazo) e TA 03/2002 R\$ 15.579.740,00 (prorrogação de prazo) – Prestação de serviços de administração e engenharia, voltados à operacionalização, gerenciamento, fiscalização, planejamento, supervisão e coordenação e administração de todo o Sistema de Transporte Urbano na Cidade de São Paulo. **3) TC 2.218.10-62** – Secretaria Municipal de Participação e Parceria – SMPP e Instituto de Organização Racional do Trabalho – Idort – Acompanhamento – Execução Contratual – Verificar se o Contrato 279/SMPP/2009 (R\$ 36.316.936,00), cujo objeto é a prestação, pela Contratada, de serviços de planejamento, atividades de inclusão digital e apoio para gerenciamento do Programa de Inclusão Digital da Cidade de São Paulo, está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste. **4) TC 1.813.06-02** – Recursos de Maria Aparecida Perez e de Carlos Eli Gonçalves interpostos contra o V. Acórdão de 29/7/2009 – Relator Conselheiro Edson Simões – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – Smads – Secretaria Municipal de Educação – SME – Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente – (Convênio 314/SAS-SME-RT/2002 R\$ 282.568,00, TAs 240/SME/2003 R\$ 311.948,00, 010/04 Subprefeitura VP/SB/2004, 047/2006-RI R\$ 321.648,00) – Atendimento às crianças de 0 a 6 anos e 11 meses de idade por meio do Centro de Educação Infantil Parque Santa Madalena II. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." **(Certidões) 5) TC 143.02-84** – Secretaria Municipal de Serviços – SES e Heleno & Fonseca Construtécnica S.A. – TA 001/2002 R\$ 31.916.013,10 (prorrogação de prazo e alteração do valor contratual), relativo ao Contrato 43/LIMPURB/01, no valor de R\$ 31.916.043,11, julgado em 13/12/2006 – Serviços e obras de operação, manutenção, monitoramento e recuperação ambiental do Aterro Sanitário Bandeirantes. **6) TC 3.278.01-39** – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Jofege – Pavimentação e Construção Ltda. – Concorrência 001/00/SVP – Contrato 006/SIURB/2001 R\$ 33.956.418,84 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 1 (Tramita em conjunto com os TCs 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53). **7) TC 3.279.01-00** – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Araguaia Construtora Brasileira de Rodovias S.A. – Contrato 007/SIURB/2001 R\$ 33.956.418,84 –

Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 2 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53).

8) TC 3.280.01-80 – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Construcap CCPS – Engenharia e Comércio S.A. – Contrato 008/SIURB/2001 R\$ 33.956.418,84 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 3 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53).

9) TC 3.281.01-43 – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Soebe – Construção e Pavimentação Ltda. – Contrato 009/SIURB/2001 R\$ 44.143.344,49 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 4 (Tramita em conjuntos com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53).

10) TC 3.282.01-06 – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Consórcio Pavipar – Contrato 010/SIURB/2001 R\$ 44.143.344,49 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 5 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53).

11) TC 3.283.01-79 – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia – Contrato 011/SIURB/2001 R\$ 33.956.418,84 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 6 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.284.01-31, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53).

12) TC 3.284.01-31 – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Consórcio Queiróz Galvão – Ductor – Contrato 012/SIURB/2001 R\$ 33.956.418,84 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 7 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.285.01-02, 3.484.01-20 e 793.06-53).

13) TC 3.285.01-02 – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Consórcio Pavimentação Comunitária – Contrato 013/SIURB/2001 R\$ 44.143.344,49 – Execução das

obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 8 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.484.01-20 e 793.06-53). **14) TC 3.484.01-20** – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Consórcio Pavimentação São Paulo – Contrato 027/SIURB/2001 R\$ 44.143.344,49 – Execução das obras de pavimentação asfáltica e serviços e obras complementares, incluídos gerenciamento e comercialização em vias públicas do Município de São Paulo, através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, com os valores das obras e serviços custeados parcial ou totalmente por interessados e proprietários de imóveis lindeiros às vias públicas beneficiadas – Área 9 (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02 e 793.06-53).

15) TC 793.06-53 – Vereador José Ferreira dos Santos – Vereador Paulo Roberto Fiorilo (Câmara Municipal de São Paulo – CMSP) – Petição – Solicitação de auditoria nos contratos oriundos do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, firmados a partir de 2005 pelas Subprefeituras e Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP (Tramita em conjunto com os TCs 3.278.01-39, 3.279.01-00, 3.280.01-80, 3.281.01-43, 3.282.01-06, 3.283.01-79, 3.284.01-31, 3.285.01-02 e 3.484.01-20). "O Conselheiro Eurípedes Sales – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." **(Certidões)**

16) TC 796.04-80 – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – Atech – Contrato 2003/106 R\$ 8.250.012,00 – Prestação de serviços de apoio à gestão de contrato e validação da integração do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e do Centro de Controle Operacional Integrado de Transporte e Trânsito. **17) TC 1.712.06-97** – Recurso da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM interposto contra o V. Acórdão de 23/9/2009 – Relator Conselheiro Eurípedes Sales – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Associação Comunitária Monte Azul – (Convênio 003/2006-SMS.G/PSF R\$ 24.510.321,80, TAs 001/2006 e 002/2006) – Continuidade das atividades desenvolvidas pelo Programa Saúde da Família em conjunção de esforços da Secretaria com a conveniada. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." **(Certidões)**

18) TC 2.265.07-47 – Secretaria Municipal de Serviços – SES e Pedreira Centro de Disposição de Resíduos Ltda. – CDR – Contrato 14/SES/07 R\$ 5.334.660,00 – Prestação de serviços de recebimento de resíduos provenientes da coleta de varrição e das Subprefeituras. "O Conselheiro Eurípedes Sales – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão)**

19) TC 3.367.04-00 – Recursos "ex officio" e de Maria Aparecida Perez interpostos contra a R. Decisão de Segunda Câmara de 27/7/2011 – Relator Conselheiro Roberto Braguim – Secretaria Municipal de Educação – SME e E. Service Comércio e Serviços Ltda. (Contrato 17/SME/2004 R\$ 402.000,00) – Contratação de empresa para prestação dos serviços de monitoramento aquático junto às Unidades do CEU pertencentes ao Lote 02, com fornecimento de equipamentos. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão)**

20) TC

5.002.03-10 – Autarquia Hospitalar Municipal – AHM e Universidade Federal de São Paulo – Unifesp (com a interveniência da Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia – Afip) – Contrato 022/2003 R\$ 1.423.549,90, TAs 018/2003 (para constar a alteração do número do Contrato de 05/03 para 022/2003 e demais alterações nas cláusulas oitava, inciso III, VII e treze, "caput") e 037/2003 R\$ 1.278.000,00 (prorrogação do ajuste pelo período de 06 meses, com início em 1º de julho de 2003 e término em 31 de dezembro de 2003) – Execução de serviços laboratoriais, de acordo com as normas do SUS, prestados nas Unidades da Autarquia (Tramita em conjunto com o TC 4.698.03-21). **21) TC 4.698.03-21** – Autarquia Hospitalar Municipal – AHM e Universidade Federal de São Paulo – Unifesp – Acompanhamento – Execução Contratual – Verificar se o Contrato 22/2003 (R\$ 1.423.549,90), cujo objeto é a execução de serviços laboratoriais, de acordo com as normas do SUS, prestados nas Unidades da Autarquia, está sendo executado conforme o pactuado (Tramita em conjunto com o TC 5.002.03-10). **22) TC 4.684.01-55** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Universidade Federal de São Paulo – Unifesp – Contrato 108/2001 R\$ 28.800.000,00 e TA 151/2001 R\$ 4.415.960,00 (acréscimo de 20,83% em seu objeto a partir de 27.11.2001) – Gerenciamento e execução de serviços de diagnóstico por imagem pela Unifesp, para atendimento da Rede Hospitalar e nas Unidades de Saúde do Município de São Paulo. "O Conselheiro Eurípedes Sales – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." **(Certidões)** **23) TC 32.09-90** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Fundo Municipal de Saúde) e Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim – Cejam – Acompanhamento – Execução Contratual – Verificar se o Termo Aditivo 02/2008, relativo ao Contrato de Gestão 003/2007 – Cejam – microrregião M'Boi Mirim, cujo objeto é a realização de obras junto ao Hospital Municipal Fernando Mauro Pires da Rocha – Campo Limpo, para a adaptação de espaço próprio para a instalação de um aparelho de Ressonância Nuclear Magnética, está de acordo com o proposto no Plano de Trabalho, bem como a regularidade da prestação de contas. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão)** **24) TC 3.617.09-80** – Embargos de Declaração interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM em face do V. Acórdão de 16.5.2012 – Relator Conselheiro Maurício Faria – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Fundo Municipal da Saúde) e Hospfar Indústria & Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. – Representação em face do Pregão Eletrônico 216/2009, cujo objeto é o registro de preços de agentes anti-infecciosos de uso sistêmico em sistema fechado I para uso nas Unidades da Secretaria (Acomp. TC 1.500.10-03). "O Conselheiro Eurípedes Sales – Revisor "ad hoc" requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão)** – **CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA – 1) TC 1.611.07-60** – São Paulo Urbanismo/São Paulo Obras (antiga Empresa Municipal de Urbanização – Emurb) – Acompanhamento – Verificar se o Edital da Concorrência 006970100-Emurb, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de engenharia para execução do remanejamento das linhas de alta tensão, implantação da Alça de Acesso Morumbi, incluindo o projeto executivo e execução das obras complementares necessárias à operacionalização do Complexo Viário Real Parque, foi elaborado de acordo com os dispositivos legais pertinentes (Tramita em conjunto com o TC 2.007.07-51). **2) TC 2.007.07-51** – Construcap – CCPS Engenharia e Comércio S. A. – São Paulo Urbanismo/São Paulo Obras (antiga Empresa Municipal de Urbanização – Emurb) – Representação em face do Edital de Concorrência 006970100-Emurb, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de engenharia para execução do

remanejamento das linhas de alta tensão, implantação da Alça de Acesso Morumbi, incluindo o projeto executivo e execução das obras complementares necessárias à operacionalização do Complexo Viário Real Parque (Tramita em conjunto com o TC 1.611.07-60). **3) TC 2.976.10-80** – Secretaria Municipal de Educação – SME – Acompanhamento – Verificar a regularidade do edital do Pregão Presencial 20/SME/DME/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de nutrição e alimentação escolar, visando ao preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes aos alunos regularmente matriculados em unidades educacionais da rede municipal de ensino, mediante o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, supervisão e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, limpeza e higienização de cozinhas, despensas e lactários das unidades educacionais, quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito (Tramita em conjunto com os TCs 3.066.10-51, 123.11-68 e 127.11-19). **4) TC 3.066.10-51** – Stillus Alimentação Ltda. – Secretaria Municipal de Educação – SME – Representação, com pedido de suspensão liminar, em face do edital do Pregão Presencial 20/SME/DME/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de nutrição e alimentação escolar, visando ao preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes aos alunos regularmente matriculados em unidades educacionais da rede municipal de ensino, mediante o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, supervisão e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, limpeza e higienização de cozinhas, despensas e lactários das unidades educacionais (Tramita em conjunto com os TCs 2.976.10-80, 123.11-68 e 127.11-19). **5) TC 123.11-68** – Fernanda de Oliveira Caldeira – Secretaria Municipal de Educação – SME – Representação em face do edital do Pregão Presencial 20/SME/DME/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de nutrição e alimentação escolar, visando ao preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes aos alunos regularmente matriculados em unidades educacionais da rede municipal de ensino, mediante o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, supervisão e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, limpeza e higienização de cozinhas, despensas e lactários das unidades educacionais (Tramita em conjunto com os TCs 2.976.10-80, 3.066.10-51 e 127.11-19). **6) TC 127.11-19** – E. B. Alimentação Escolar Ltda. – Secretaria Municipal de Educação – SME – Representação em face do edital do Pregão Presencial 20/SME/DME/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de nutrição e alimentação escolar, visando ao preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes aos alunos regularmente matriculados em unidades educacionais da rede municipal de ensino, mediante o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, supervisão e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, limpeza e higienização de cozinhas, despensas e lactários das unidades educacionais (Tramita em conjunto com os TCs 2.976.10-80, 3.066.10-51 e 123.11-68). **7)**

TC 2.733.04-30 – Recursos da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM, da empresa Consladel Construtora e Laços Detetores Ltda. e de Roberto Luiz Bortolotto interpostos contra o V. Acórdão de 16/4/2008 – Relator Conselheiro Edson Simões – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb e Consórcio Alusa-Consladel-Start – Serviços técnicos e fornecimento de materiais para ampliação do Sistema de Iluminação Pública, estimado em 40 mil novos pontos, incluindo atividades acessórias de remodelação nas Unidades adjacentes (Tramita em conjunto com os TCs 3.416.03-32 e 3.510.03-09).

8)TC 3.510.03-09 – Recursos da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM, de Michael Maurice Warren, Tania de Carvalho Pizzi, José Roberto Reis, Aurélio Pavão de Farias e de Marcos de Oliveira Rossi, interpostos contra o V. Acórdão de 16/4/2008 – Relator Conselheiro Edson Simões – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb – Acompanhamento da Concorrência 1.002/03/Siurb, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos e fornecimento de materiais para ampliação do Sistema de Iluminação Pública, estimado em 40 mil novos pontos, incluindo atividades acessórias de remodelação nas Unidades adjacentes (Tramita em conjunto com os TCs 2.733.04-30 e 3.416.03-32).

9) TC 4.961.05-17 – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – Sempla e Quality Investimentos Imobiliários Ltda. – Termo de Compromisso 3/2005/Emurb – Alteração dos índices e características de uso e ocupação do solo do imóvel localizado na rua Lincoln de Albuquerque, 272 – Operação Urbana Água Branca AB 0012/04. "O Conselheiro Maurício Faria requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." (**Certidões**)

10) TC 2.284.96-67 – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – Sempla e W Torre CJ Empreendimento Imobiliário Ltda. – Certidão nº 01/08/Sempla/CTLU – Alteração dos índices e características de uso e ocupação do solo do imóvel localizado na Avenida das Nações Unidas, esquina com a Rua Eugênio Medeiros – Operação Urbana Faria Lima 242-FL. "O Conselheiro Maurício Faria – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." (**Certidão**)

CONSELHEIRO DOMINGOS DISSEI – **1) TC 5.716.04-28** – Secretaria Municipal de Educação – SME e Sampa Org – Contrato 18/2004 R\$ 1.254.415,19 – Prestação de serviços técnicos especializados para implantação do projeto "Portal do Céu". "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." (**Certidão**)

2) TC 377.03-76 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Acompanhamento – Analisar o Edital da Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender as necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, quanto aos aspectos legais e formais (Acomp. TCs 651.03-16, 695.03-91, 726.03-13, 727.03-86, 851.03-05 e 959.03-61). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida na 2.669ª S.O., quando o Conselheiro Maurício Faria – Relator julgou regular o Edital da Concorrência 013/2002. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto do Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." (**Certidão**)

3)TC 651.03-16 – Wellington Guilherme de Moraes – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Representação em face do Edital de Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos

serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população (Acomp. TCs 377.03-76, 695.03-91, 726.03-13, 727.03-86, 851.03-05 e 959.03-61). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida, na 2.669ª S.O., quando o Conselheiro Maurício Faria – Relator conheceu da representação interposta pelo Senhor Wellington Guilherme de Moraes contra o edital da Concorrência 013/2002 e, no mérito, julgou-a improcedente. Sua Excelência, ainda, determinou que seja dada ciência da decisão, a ser alcançada, ao representante e à Secretaria Municipal de Transportes – SMT, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno desta Corte. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 4) TC 695.03-91** – Ademilson Cunha – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Representação em face do Edital de Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população (Acomp. TCs 377.03-76, 651.03-16, 726.03-13, 727.03-86, 851.03-05 e 959.03-61). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida, na 2.669ª S.O., quando o Conselheiro Maurício Faria – Relator conheceu da representação interposta pelo Senhor Ademilson Cunha contra o edital da Concorrência 013/2002 e, no mérito, julgou-a improcedente. Sua Excelência, ainda, determinou que seja dada ciência da decisão, a ser alcançada, ao representante e à Secretaria Municipal de Transportes – SMT, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno desta Corte. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 5) TC 726.03-13** – Rosa Ana da Silva Garcia e Francisco dos Santos Garcia – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Representação em face do Edital de Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos serviços de transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população (Acomp. TCs 377.03-76, 651.03-16, 695.03-91, 727.03-86, 851.03-05 e 959.03-61). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida, na 2.669ª S.O., quando o Conselheiro Maurício Faria – Relator conheceu da representação interposta pela Senhora Rosa Ana da Silva Garcia e pelo Senhor Francisco dos Santos Garcia contra o edital da Concorrência 013/2002 e, no mérito, julgou-a improcedente. Sua Excelência, ainda, determinou que seja dada ciência da decisão, a ser alcançada, aos representantes e à Secretaria Municipal de Transportes – SMT, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno desta Corte. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 6) TC 727.03-86** – Ana Paula Romiti – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Representação em face do Edital de Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos serviços de transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de

deslocamento da população (Acomp. TCs 377.03-76, 651.03-16, 695.03-91, 726.03-13, 851.03-05 e 959.03-61). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida, na 2.669ª S.O., quando o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Maurício Faria – Relator conheceu da representação interposta pela Senhora Ana Paula Romiti contra o edital da Concorrência 013/2002 e, no mérito, julgou-a improcedente. Sua Excelência, ainda, determinou que seja dada ciência da decisão, a ser alcançada, à representante e à Secretaria Municipal de Transportes – SMT, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno desta Corte. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 7) TC 851.03-05** – Associação dos Transportadores em Autolotação do Estado de São Paulo – Assesp – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Representação em face do Edital de Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos serviços de transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população (Acomp. TCs 377.03-76, 651.03-16, 695.03-91, 726.03-13, 727.03-86 e 959.03-61). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida, na 2.669ª S.O., quando o Conselheiro Maurício Faria – Relator conheceu da denúncia interposta pela Associação dos Transportadores em Autolotação do Estado de São Paulo – Assesp e, no mérito, julgou-a improcedente. Sua Excelência, ainda, determinou o envio de cópia do V. Acórdão a ser alcançado pelo Egrégio Plenário à denunciante e à denunciada, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno desta Corte. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 8) TC 959.03-61** – Secretaria Municipal de Transportes – SMT – Acompanhamento – Verificar se o procedimento licitatório, desde a abertura até a homologação, da Concorrência 13/2002, cujo objeto da permissão é a delegação da prestação dos serviços de transporte Coletivo Público de Passageiros em parcela de cada uma das áreas do subsistema local, conforme autorizado pela Lei Municipal 13.241/01, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, foi conduzido de acordo com a legislação vigente e respectivo edital (Acomp. TCs 377.03-76, 651.03-16, 695.03-91, 726.03-13, 727.03-86 e 851.03-05). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor devolveu ao Egrégio Plenário o citado processo, após vista que lhe fora concedida, na 2.669ª S.O., quando o Conselheiro Maurício Faria – Relator julgou regular o procedimento licitatório Concorrência Pública 013/2002, desde a abertura até sua conclusão. Outrossim, na presente sessão, o Conselheiro Domingos Dissei – Revisor acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Maurício Faria – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Roberto Braguim solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 9) TC 846.04-56** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Microsoft Informática Ltda. – Contrato 2003/115 R\$ 14.949.900,00 e TA 01-Reg. 2003/A-138 (o prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço; os pagamentos serão efetuados em 12 parcelas que deixam de ser mensais. A primeira será paga após 30 dias contados da entrega e aprovação do primeiro Relatório Parcial, que deverá ser apresentado dez dias após a data da Ordem de Serviço, inclusão do subitem 7.1.1: a segunda parcela será paga 30 dias após a apresentação e aprovação do segundo Relatório Parcial, o qual deverá ser apresentado trinta dias após a data da Ordem de Serviço) – Prestação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de software

para a gestão do Sistema Integrado de Transporte Público da Cidade de São Paulo, que possibilite monitorar, controlar e fiscalizar de forma segura e eficiente a qualidade do serviço prestado à população, por meio de coleta e de disponibilização contínua de informações sobre os veículos, passageiros, sistema viário e sobre as interfaces entre estes elementos, a ser desenvolvido em ambiente Microsoft SQL Server **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos, devolvidos na presente sessão pelo Conselheiro Domingos Dissei – Revisor, após vista que lhe fora concedida na 2.674ª S.O., ocasião em que votou o Conselheiro Maurício Faria – Relator. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em relevar a não instauração de processo administrativo, assim como a publicação extemporânea do extrato do aditamento, visto que foi sanada com a publicação posterior, bem como em acolher o Contrato 2003/115 e seu respectivo Termo de Aditamento 01-Reg. nº 2003/A-138, celebrado entre a São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e a empresa Microsoft Informática Ltda. **Relatório:** Trata-se da análise do Contrato nº 2003/115, celebrado entre a SPTRANS e a empresa Microsoft Informática Ltda., com fulcro no "caput" do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93, visando a prestação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de "software" para gestão do Sistema Integrado de Transporte Público da Cidade de São Paulo, a fim de possibilitar o monitoramento, controle e fiscalização da qualidade do serviço prestado à população, por meio de coleta e de disponibilização contínua de informações sobre os veículos, passageiros, sistema viário e sobre as interfaces entre esses elementos, a ser desenvolvido em ambiente Microsoft SQL Server. Em julgamento, também, o Termo de Aditamento 01-Reg 2003/A-138, que fixou o prazo de vigência do contrato a partir da emissão da OS e alterou a cláusula de pagamento. Inicialmente a Auditoria apontou que não foi autuado processo administrativo, tampouco foi indicado o índice de reajuste e data-base, mas solicitou a manifestação da área especializada de informática. Quanto ao aditamento, o considerou irregular, diante da extemporaneidade da publicação e da falta de despacho de autorização. O Secretário de Informática desta Corte considerou que a contratação da Microsoft foi norteada pelo pressuposto técnico que envolve a alteração do código fonte do "software" SQL SERVER e que o sistema pretendido pela SPTRANS é considerado complexo e crítico, sendo responsável pelo gerenciamento do transporte público da Cidade de São Paulo. Asseverou, todavia, que outras empresas poderiam prestar o serviço pretendido, desde que contratassem a Microsoft para proceder apenas às alterações desejadas no "software", encampando todo o restante do projeto, que envolve outras atividades significativas e que não são exclusivas da Microsoft. Alertou que referida contratação é idêntica à tratada no TC 4.858.02-15, cujo objeto é a contratação de serviços para o desenvolvimento do SAC, no âmbito do qual a Secretaria de Informática manifestou-se contrariamente à forma de contratação adotada². Manifestou a impossibilidade de apresentar considerações quanto ao preço, exatamente em função da complexidade e especificidade do objeto, mas reafirmou a viabilidade de competição diante da apresentação de proposta por outra empresa (ICI)³. A Assessoria Jurídica de Controle Externo, considerando as

² (TC está com Relator EES desde 21.10.08 e SG já se manifestou)

³ Fez constar observação no sentido de que, exatamente por essa complexidade, lhe pareceu estranho o envio pela contratante de solicitação de proposta de serviços a três empresas com prazo de entrega de apenas dois dias, o que seria inviável diante a complexidade do projeto. Informou que o protocolo da entrega à Microsoft se deu um dia antes do das demais, que foi enviado pelo correio, o que tornou ainda mais exíguo o prazo para as outras empresas, de apenas um dia, mas que a Microsoft apresentou sua proposta, contendo 50 páginas um dia após ter recebido o pedido pela SPTURIS. Concluiu que a Microsoft participou de levantamentos de necessidades junto à contratante, fato que considera normal.

manifestações precedentes, sugeriu a intimação da Origem. A Origem apresentou sua defesa no sentido de que não havia no mercado outra empresa com capacidade técnica para desenvolver o serviço, em especial pela natureza e circunstâncias do objeto, detendo a Microsoft direitos autorais de ambiente e dos códigos fontes exigidos, e, também, destacando a exigência de padronização, pois a SPTRANS já operava, à época, oito Terminais Inteligentes com produtos da Microsoft. A Auditoria manteve o posicionamento anterior pela irregularidade, asseverando que: não foi caracterizada situação passível de invocação da inexigibilidade de licitação e, por esta razão, alega prejuízo ao erário; não foi autuado PA; os esclarecimentos relacionados ao índice de reajuste não estão refletidos na cláusula contratual, que é genérica. Quanto ao TA, manteve o posicionamento pela irregularidade pelos aspectos anteriormente apontados e ainda por decorrer de contrato irregular. Destacou a manifestação da Secretaria de Informática em relação ao curto espaço de tempo concedido para a formulação das propostas em projeto de alta complexidade, prazo este ainda menor para as concorrentes da Microsoft. Quanto a esse aspecto, o Núcleo de Tecnologia da Informação se reporta à defesa da Origem no sentido de que as empresas já vinham acompanhando o desenvolvimento da proposta, sendo conhecedoras da solução, e que apesar de não existir nos autos nenhuma demonstração dessa participação, a informação reforça o posicionamento no sentido de que são empresas capazes de executar o projeto. Manteve o posicionamento anterior contrário ao reconhecimento da hipótese de inexigibilidade, considerando que as informações da Origem nada acrescentaram. A AJCE entendeu que o fato de a empresa ser detentora de direitos autorais não a autoriza a proceder à distribuição ou à comercialização exclusiva desse "software", e, de igual forma, a padronização não remete à inexigibilidade de licitação. Arrematou no sentido de que a alegada ausência de prejuízo não é argumento suficiente para afastar a irregularidade apontada e do correspondente aditamento, somando-se a isso a ausência de índice de reajuste, data base, e por fim, falta de publicação do extrato do despacho de autorização para formalização do TA. Conferindo pleno atendimento ao disposto no artigo 5º, LV, da Carta Magna, procedeu-se à intimação dos ordenadores de despesa e da contratada. A presença dos requisitos legais para a inexigibilidade foram reiterados e a Microsoft asseverou que esta decorre da inviabilidade de competição genericamente estabelecida no "caput" do artigo 25, e, ainda, da exclusividade no fornecimento do serviço. No caso, afirmou ser a única empresa autorizada a fornecer, no Brasil, o serviço de consultoria exclusivo – MCS (Microsoft Consulting Services). Alegou ainda que a continuidade da utilização da tecnologia Microsoft também decorria da necessidade de segurança e integração do sistema, o que já torna o objeto singular e a competição impossível, uma vez que, embora outras empresas pudessem comercializar o "software" objeto do contrato, somente a Microsoft detém a exclusividade para alterar o ambiente e o código fonte do programa, ação imprescindível para a plena consecução do objeto. Neste passo, sustentou que esta parte do objeto só poderia ser realizada através de subcontratação, o que tornaria mais oneroso o ajuste, além de exigir que os técnicos da Microsoft, na condição de subcontratada, adquirissem o necessário conhecimento do "know how" do projeto e requisitos do aplicativo, o que ensejaria mais esforço, tempo e, necessariamente, maior custo. Acrescentou ainda que a solicitação de outras propostas pela contratante se deu apenas para mensurar no mercado o valor de uma contratação como a pactuada, de forma que essa questão não pode ser considerada apta a afastar a inviabilidade de competição. A PFM invocando os argumentos apresentados pela Origem, asseverou que não há indícios de dolo ou má-fé e propugnou pelo acolhimento dos ajustes. De outra parte, a Secretaria Geral mencionou a manifestação exarada nos autos do TC 4.858.02-15 no sentido de que as demais empresas não poderiam executar o projeto sem a parceria da Microsoft, considerando correto o fundamento do ajuste e que a pesquisa de mercado realizada teve apenas o fito de nortear a

ação administrativa, alicerçando o princípio da economicidade. Nesse sentido, acrescentou que, embora a Origem não tenha demonstrado adequadamente, por ocasião da contratação, as questões relacionadas aos aspectos técnicos e de preço, tais fatos surgiram no decorrer da instrução probatória, restando comprovada a inviabilidade de competição, já que se comprovou que a Microsoft era a única detentora da licença de utilização de seus próprios produtos e que o sistema implantado está baseado na plataforma Microsoft SQL Server e deverá ser integrado através do "software" de gestão a ser desenvolvido também pela Microsoft. Sobre a falta do índice de reajustamento, considerou que a contratante apresentou os esclarecimentos necessários através de tabelas com a composição da fórmula do índice divulgado pela secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico e, quanto ao tempo exíguo para apresentação da proposta, igualmente considerou satisfatório o esclarecimento da Origem. Em relação aos demais apontamentos, considerou passíveis de relevação a não instauração de Processo Administrativo, em face da implantação pela empresa do procedimento interno denominado Processo Administrativo de Licitações e Contratos e a publicação extemporânea do extrato do aditamento, opinando pelo acolhimento dos ajustes, sem prejuízo de determinações em face das impropriedades detectadas. É o relatório. **Voto:** No que tange ao apontamento de não instauração de processo administrativo, cumpre consignar que no TC 3.917.03-28 este Plenário adotou o entendimento segundo o qual a irregularidade apontada, no caso concreto, não estaria revestida de gravidade suficiente a ensejar a rejeição do ajuste, pois não obstante a inexistência de numeração do Processo Administrativo verificou-se que havia a numeração das folhas do processo e a respectiva rubrica do funcionário. Considerando que a Origem, inclusive, adotou o procedimento denominado Processo Administrativo de Licitações e Contratos, e que tais elementos estão igualmente presentes no presente processo, relevo a irregularidade. Igualmente passível de relevação é a publicação extemporânea do extrato do aditamento, posto que foi sanada com a publicação posterior, dando-se cumprimento ao princípio da publicidade. Assim, considero que quatro questões mais relevantes devem ser enfrentadas. São elas: 1.- Fundamento legal para a contratação por inexigibilidade de licitação pelo caput do art. 25 e em decorrência da exclusividade: O contrato em exame foi celebrado diante da demonstrada necessidade do desenvolvimento de "software" para a operacionalização do Sistema Integrado de Transporte e Trânsito da Cidade de São Paulo, quando parte dos terminais já estavam implantados com produtos e tecnologia baseados na plataforma Microsoft, tornando-se necessária a aquisição de "software" compatível com o sistema já operante. De acordo com a Certidão emitida pela Associação Brasileira das Empresas de "softwares" – ABES –, a Microsoft Informática LTDA. “é a única empresa autorizada” para fornecer com exclusividade para o Brasil, o serviço de consultoria exclusivo intitulado “Microsoft Consulting Services” – “MCS”, que compreende a possibilidade de alterar de qualquer forma, o código fonte do "software" Microsoft incluindo-se o “SQL Server”. Pelo que consta nos autos, a maneira que o código fonte é ordenado e compilado define as características e as funcionalidades do "software", tornando-se essencial o seu domínio para a execução do objeto. Portanto, a alteração do código fonte é uma atividade imprescindível para consecução do projeto, de forma a parecer razoável constatar que a contratação de empresa não detentora de todas as capacidades fundamentais para o desenvolvimento do "software" significaria assumir risco passível de comprometimento da implantação do Sistema Integrado de Transporte. Nesse sentido, são aceitáveis as argumentações da Origem, posto que o contrato firmado diretamente com a Microsoft garante a execução do escopo do objeto. Assim, na esteira da manifestação da Secretaria Geral, considero que somente a contratada estaria apta a executar o objeto em sua integralidade, o que rende ensejo à contratação por inexigibilidade presente nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93. 2. - prejuízo ao erário em decorrência da suposta ausência de

fundamentação legal para a contratação por inexigibilidade: (dano presumido). Em relação a este aspecto, afasto o apontamento em face da coerência lógica baseada na afirmação de legalidade da contratação direta, tal qual asseverado no item precedente. 3. - ausência de índice de atualização e data base: Neste aspecto, acompanho a manifestação da Secretaria Geral no sentido de que a Origem, através das tabelas de composição da fórmula do índice divulgado pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico (fls. 167/168), apresentou justificativas aptas a demonstrar o índice de reajuste e a data base de sua aplicação no contrato. 4. - Prazo exíguo para apresentação de propostas. Este apontamento tornou-se irrelevante diante do reconhecimento da legalidade da contratação por inexigibilidade de licitação, uma vez que restou evidenciado que se tratou tão somente de pesquisa de preços, para a comprovação de sua razoabilidade e atendimento ao disposto no artigo 26 da Lei Geral de Licitações. Além disso, consta dos autos que as especificações dos serviços eram de conhecimento público, de forma que as empresas conheciam o projeto e possuíam dados suficientes para a formulação das referências de preços no prazo concedido. Diante dos argumentos expostos e na esteira da manifestação da Secretaria Geral, acolho o Contrato 2003/115 celebrado entre a SPTRANS e a empresa Microsoft Informática Ltda., e seu respectivo Termo de Aditamento 01-Reg 2003/A-138 (**2.674ª S.O.**). Participaram do julgamento os Conselheiros Domingos Dissei – Revisor, Roberto Braguim e Eurípedes Sales. Presente a Procuradora Chefe da Fazenda Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva Moccia. Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 31 de julho de 2013. a) Edson Simões – Presidente; a) Maurício Faria – Relator." **10) TC 1.654.11-50** – Vereadora Juliana Cardoso (Câmara Municipal de São Paulo – CMSP) – Secretaria Municipal da Saúde – SMS – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – Representação em face do Termo de Contrato de Gestão nº 16/2009 – NTCSS – SMS-G (R\$ 29.315.054,44), cujo objeto é regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no PSM Barra Funda – Álvaro Dino de Almeida, PSM Freguesia do Ó – 21 de Junho e PSM Santana – Lauro Ribas Braga. **11) TC 2.903.10-07** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (com a anuência da Autarquia Hospitalar Municipal – AHM) e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – Contrato de Gestão 016/2009–NTCSS–SMS-G R\$ 29.327.897,28, TAs 01/2009 R\$ 2.222.879,40 (suplementação de verbas para custeio para o exercício de 2009; alteração de acordo com o plano de trabalho e suplementação de verbas de custeio pelo gerenciamento direto das Unidades abrangidas para a incorporação das atividades de Diagnóstico de Imagens) e 02/2010 R\$ 6.423.266,46 (complementação de RH nos termos da Portaria SMS-G 1590/09; Novas Ações de Investimento em Equipamentos e Reformas) – Operacionalização do Gerenciamento, Apoio à Gestão e Execução das atividades e serviços de saúde no âmbito do lote 4 (PSM Barra Funda – Álvaro Dino de Almeida, PSM Freguesia do Ó – 21 de Junho e PSM Santana – Lauro Ribas Braga) (Tramita em conjunto com o TC 135.11-47). **12) TC 135.11-47** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – Acompanhamento – Execução Contratual – Verificar se o Contrato de Gestão 016/2009-NTCSS-SMS-G (R\$ 29.476.504,72), cujo objeto é a Operacionalização do Gerenciamento, Apoio à Gestão e Execução das atividades e serviços de saúde no âmbito do Lote 4 (PSM Barra Funda – Álvaro Dino de Almeida, PSM Freguesia do Ó – 21 de Junho e PSM Santana – Lauro Ribas Braga) está de acordo com o Plano de Trabalho, bem como a regularidade da prestação de contas (Tramita em conjunto com o TC 2.903.10-07). "O Conselheiro Domingos Dissei – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." (**Certidões**) Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra aos Senhores Conselheiros e à Procuradoria da Fazenda Municipal se a solicitassem. Por derradeiro, a Presidência

convocou os Senhores Conselheiros para a Sessão Ordinária 2.692^a, a realizar-se no próximo dia 7 de agosto, quarta-feira, às 10h30. Nada mais havendo a tratar, às 12 horas, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai subscrita por mim, Murilo Magalhães Castro, _____, Secretário Geral, e assinada pelo Presidente, pelos Conselheiros, pela Procuradora Chefe da Fazenda e pelo Procurador. São Paulo, 31 de julho de 2013.

EDSON SIMÕES
Presidente

ROBERTO BRAGUIM
Vice-Presidente

EURÍPEDES SALES
Corregedor

MAURÍCIO FARIA
Conselheiro

DOMINGOS DISSEI
Conselheiro

MARIA HERMÍNIA P. P. S. MOCCIA
Procuradora Chefe da Fazenda

FÁBIO COSTA COUTO FILHO
Procurador da Fazenda